



Ata nº 044 da Sessão Ordinária nº 044, de
27 de agosto de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado
2 do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ**
3 **CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**;
4 Ausência justificada dos Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA e ALOÍSIO CHAVES**; bem como a presença da Procuradora
5 do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
6 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte.
7 Convocado o Auditor Sérgio Dantas em substituição ao Conselheiro Aloísio Chaves, nos termos da Portaria nº 0994/2013. A
8 seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a
9 presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e
10 sabedoria". **LEITURA DE EXPEDIENTE:** O Secretário Geral do TCM, Robson do Carmo, fez a leitura do seguinte
11 expediente: "**PROCESSO Nº 201306248-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Tucumã, Sr. Anivaldo Julião de Lima, encaminhou a
12 esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 001/2013, de 15.09.13, que aprovou, com ressalvas, as contas do Executivo daquele
13 Município, de responsabilidade do Sr. Alan de Sousa Azevedo, referentes ao exercício financeiro de 2005. O TCM, pela Resolução nº
14 10.428, de 12.04.2013, sugeriu a aprovação, com ressalvas, das referidas contas. **PROCESSO Nº 201306247-00.** O Presidente da Câmara
15 Municipal de Tucumã, Sr. Anivaldo Julião de Lima encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 002/2013, de 08.04.13, que
16 rejeitou as contas do Executivo daquele Município, de responsabilidade do Sr. Celso Lopes Cardoso, referentes ao exercício financeiro de
17 2000. O TCM, pela Resolução nº 7.451, de 26.02.2004, sugeriu a reprovação das referidas contas. **PROCESSO Nº 201311129-00.** O
18 Presidente da Câmara Municipal de Faro, Sr. Francivaldo da Silveira Melo Feijó, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº
19 001/2013, de 18.03.2013, que aprovou as contas do Executivo daquele Município, de responsabilidade do Sr. João Alfredo Ribeiro de
20 Carvalho, referentes ao exercício financeiro de 2002. O TCM, pela Resolução nº 10.070, de 14.06.2011, sugeriu a não aprovação das
21 referidas contas. **PROCESSO Nº 201311482-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Xinguara, Sr. Dorismar Altino Medeiros, encaminhou
22 a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 233, de 07.03.13 que aprovou as contas do Executivo daquele Município, de responsabilidade
23 do Sr. Atil José de Souza. O TCM, pela Resolução nº 10.277, de 01.03.2012, sugeriu a não aprovação das referidas contas. **PROCESSO Nº**
24 **201310290-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Tomé-Açu, Sr. Da Silva Lima Fortunato, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto
25 Legislativo nº 02/2013, de 24.05.13, que reprovou as contas do Executivo daquele Município, de responsabilidade do Sr. Francisco Eudes
26 Lopes Rodrigues, referentes ao exercício financeiro de 2006. O TCM, pela Resolução nº 10.513, de 11.10.2012, sugeriu a aprovação, com
27 ressalvas, das referidas contas. **PROCESSO Nº 20130525-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Oriximiná, Sr. Leonardo da Silva Alves,
28 encaminhou a esta Corte cópia dos Decretos Legislativos nºs 002 e 003/2013, de 29.05.13, que aprovaram as contas do Executivo
29 daquele Município, de responsabilidade do Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho, referentes aos exercícios financeiros de 2002 e 2003. O TCM,
30 pelas Resoluções nºs 8.560, de 05.06.2007, e 8.985, de 08.04.2008, sugeriu a aprovação, com ressalva, das contas de 2002 e 2003.
31 **PROCESSO Nº 201310272-00.** O Presidente da Câmara Municipal de Redenção do Pará, Sr. José Cláudio, encaminhou a esta Corte cópia
32 dos Decretos Legislativos nºs 001, 002 e 003/2013, de 22.05.13, que aprovaram as contas do Executivo daquele Município, de
33 responsabilidade do Sr. Mário Aparecido Moreira, referentes aos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2003. O TCM, pelas Resoluções
34 nºs 10.322, 10.334 e 10.335, sugeriu a aprovação das citadas contas". Em seguida, houve votação e aprovação das Atas das
35 Sessões 037/2013 e 038/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram
36 anunciados os processos. A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para solicitar ao Plenário a inversão de pauta com o
37 julgamento, em sequência, dos processos de sua relatoria, face a necessidade de ausentar-se do Plenário por motivo de
38 doença em pessoa da família. **Processo nº 940012005-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de**
39 **Contas – 2005; Responsável Antônio Saraiva Rabêlo; 3ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
40 **Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
41 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e assim se manifestou: "Neste processo restou como falha grave a
42 ausência de licitação no valor de R\$-84.115,51 (oitenta e quatro mil, cento e quinze reais e cinquenta e um centavos), sobre a qual foi
43 justificado que as aquisições ocorreram junto a três credores com objetos e em unidades orçamentárias distintas, Saúde, Educação e Sec.
44 de Obras e em intervalo de meses. Acato a Justificativa, e permanecendo falhas sujeitas a aplicação de multa, não cabível, face tratar de
45 Ordenador falecido, opino pela extinção do processo sem julgamento do mérito e arquivamento das contas". A matéria foi colocada **em**
46 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
47 decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura, exercício de
48 2005, de responsabilidade do Sr. Antônio Saraiva Rabelo, Prefeito do Município de Mãe do Rio, com as ressalvas constantes
49 no voto da Relatora. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 7: **Processo nº**



50 **1150022001-00; Câmara Municipal de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2003; Responsável Lúcio Tavares de**
51 **Oliveira; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares, com pedido de VISTA**
52 **a Conselheira Mara Lúcia na Sessão do dia 14.05.2013; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo
53 dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA:** *"acompanho o voto do Ilustre Relator, aprovando*
54 *com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Ipixuna do Pará, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do Sr. Lúcio Tavares*
55 *de Oliveira, ao qual deverá ser expedido o correspondente Alvará de Quitação".* **Em votação:** O Conselheiro Antônio José e o
56 Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. Na Sessão do dia 14.05.13, o Conselheiro Aloísio
57 Chaves e a Conselheira Rosa Hage acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda encontrava-se
58 ausente na Sessão do dia 14.05.13. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu ela
59 aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Ipixuna do Pará, exercício de 2001. Em seguida, houve a
60 inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 042042010-00; Fundo Municipal de**
61 **Assistência Social de Alenquer; Prestação de Contas – 2010; Responsável Malcione Nascimento Dias; 3ª Controladoria;**
62 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.**
63 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
64 aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
65 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
66 decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Alenquer, exercício 2010, de
67 responsabilidade da Srª Malcione Nascimento Dias, com aplicação das seguintes multas: R\$-2.500,00 (dois mil e
68 quinhentos reais), pelo não envio dos pareceres do Conselho Municipal de Assistência Social, com base no art. 120-b, § 1º,
69 do Regimento Interno/TCM; R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo saldo insuficiente para absorver os compromissos assumidos
70 até 31.12, conforme estabelecido no art. 1º, parágrafo 1º, da LRF - 101/2000- LRF, o que comprometeu o equilíbrio fiscal
71 do FMAS, com base no art. 120-A, II do Regimento interno deste TCM; R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelo não repasse ao
72 INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, bem como pela não apropriação e recolhimento das
73 obrigações patronais em afronta ao disposto nos arts. 195, inciso I, alínea "a", da CF/88, 15, inciso I e 22, incisos I e II,
74 30, inciso I, alínea "a" e "b", da Lei nº 8.212/91 e art. 50, inciso II, da LRF – 101/2000, com base no art. 120-A, II do
75 Regimento interno deste TCM; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela não apresentação dos Contratos por Tempo Determinado
76 em descumprimento ao art. 30, da LC Estadual nº 25/LOA TCM, com base no art. 120-B, § 1º do Regimento interno deste
77 TCM. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o
78 julgamento do processo de nº 25: **Processo nº 200907743-00 - 201018637-00; Secretaria de Administração do**
79 **Município de Belém – SEMAD; Recurso Inominado Resolução nº 9.768, de 04.05.2010 - Contrato nº 014/2009;**
80 **Responsável Alan Dionísio Souza Leão de Sales; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira**
81 **Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
82 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A
83 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
84 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso de Reconsideração, com a
85 manutenção da decisão anterior prolatada, nos termos da Resolução nº 9.768, com a anexação dos autos à prestação de
86 contas respectiva. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 2: **Processo nº**
87 **1350012007-00; Prefeitura Municipal de Curuá; Prestação de Contas – 2007; Responsável José Antônio Fausto da**
88 **Silva; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no**
89 **DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
90 autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
91 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
92 decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curuá a aprovação das contas do Executivo,
93 exercício de 2007, de responsabilidade de José Antônio Fausto da Silva. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira
94 Mara Lúcia. **Processo nº 890012008-00; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas**
95 **Anuais de Governo – 2008; Responsável Luciene Geralda Rezende Veras; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da**
96 **Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo
97 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
98 contrário a aprovação das contas de Governo, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério



Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando ao Legislativo a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da Sra. Luciene Rezende Veras, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 890012008-00; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas Anuais Gestão – 2008; Responsável Luciene Geralda Rezende Veras; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão, de responsabilidade da Sra. Luciene Geralda Rezende Veras, Prefeita Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício financeiro de 2008, com o recolhimento, aos Cofres Municipais, da quantia de R\$-12.379.880,75 (doze milhões, trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos), e da multa de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme previsão no artigo 57, Inciso I da Lei Complementar nº 084/2012, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1250012006-00 – 200705341-00; Prefeitura Municipal de Terra Alta; Prestação de Contas – 2006; Responsável Raimundo Matos da Silva; Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimento dos valores levantados pelo Setor Técnico e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Terra Alta, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Matos da Silva, nos termos do art. 32, III, "c", e 35, da Lei Complementar Estadual nº 84/2012, com os recolhimentos, aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias: - R\$-215.457,81 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), referente ao valor lançado à conta "Agente Ordenador", em função de diferenças apresentadas no Balanço Financeiro do exercício; - R\$-3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais), na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, em função da remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal; ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: - R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-B, II, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral; - R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), na forma do art. 120-B, II, do RI/TCM, pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, da Lei Complementar nº 84/2013, pelo descumprimento do art. 7º, da Lei Federal nº 9.424/97, em virtude de ter sido gasto na valorização e capacitação do magistério o valor de R\$-462.521,08 (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e um reais e oito centavos), equivalente a 58,17% dos recursos do FUNDEF; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, pela aplicação nas ações e serviços públicos de saúde no valor de R\$-329.717,61 (trezentos e vinte e nove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), correspondente a 9,10% dos impostos arrecadados e transferidos (aplicados pelo Fundo Municipal de Saúde), mesmo valor e percentual transferido ao Fundo, descumprindo o § 3º do art. 77 do ADCT; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, do RI/TCM, pela não consolidação das contas do Executivo com o Legislativo, descumprindo o art. 56, da LRF; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), na forma do art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas com aquisição de materiais de construção e de combustíveis, no montante de R\$-333.156,76 (trezentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), sem o regular processo licitatório, contrariando o art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93; - R\$-2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, Parágrafo Único, II, do RI/TCM, pela realização de despesas, no total de R\$-96.755,58 (noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), com a contratação de serviços técnicos profissionais para atender atividades permanentes e contínuas da Administração, contrariando o art. 37, II, da Constituição Federal, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, da



148 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 700012006-00; Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia;** Prestação de
149 Contas – 2006; Responsável Antônio Carvelli Filho; Leonardo Macieira e 7ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;
150 Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Retirado de
151 Pauta. **Processo nº 1350022008-00; Câmara Municipal de Curuá;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2008;
152 Responsável Francisca Pereira de Almeida; 4ª Controladoria; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -
153 Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental,
154 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas de
155 Gestão. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
156 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do respectivo Alvará de
157 Quitação, no valor de R\$-354.352,19 (trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezenove
158 centavos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. Às dez horas e vinte minutos, o Conselheiro Cezar
159 Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1250022006-00 – 200702044-00; Câmara Municipal de**
160 **Terra Alta;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Luiz Cláudio Mello; Auditora Adriana Dias Oliveira e 6ª
161 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.465, de**
162 **23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
163 se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
164 colocada **em discussão.** O Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
165 decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Terra Alta, exercício financeiro de 2006, de
166 responsabilidade do Sr. Luiz Cláudio Mello, nos termos do art. 22, III, “c”, c/c o art. 35, ambos da Lei Complementar nº
167 84/2013, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes importâncias: R\$-180,96
168 (cento e oitenta reais e noventa e seis centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”, em função da
169 diferença na receita e no valor de restos a pagar, bem como para manutenção do saldo final apresentado; R\$-1.800,00
170 (hum mil e oitocentos reais), na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, equivalente a 10% dos
171 vencimentos anuais do Ordenador, pela não remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre; ao FUMREAP, no
172 prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, em
173 função da despesa total do Legislativo ter superado o limite de 8% da receita do Município no exercício anterior,
174 descumprindo o art. 29-A, I, da Constituição Federal. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do
175 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1350042008-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuá;** Prestação de
176 Contas Anuais de Gestão - 2008; Responsável Paulo dos Santos Rocha; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;
177 Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo
178 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de
179 Gestão. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
180 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curuá,
181 exercício de 2008, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, atualizada monetariamente, da
182 quantia de R\$-90.570,31 (noventa mil, quinhentos e setenta reais e trinta e um centavos), referente ao “Agente
183 Ordenador”, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação,
184 da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1254402006-00 – 200703391-00;**
185 **Fundo Municipal de Assistência Social de Terra Alta;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Raimundo Matos da
186 Silva - Prefeito Municipal; Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;
187 Relator - Auditor Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
188 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o
189 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Relator
190 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com
191 ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Terra Alta, exercício financeiro de 2006, de
192 responsabilidade do Sr. Raimundo Matos da Silva, nos termos do art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, com o recolhimento
193 ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, de multa no valor de R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), na forma do art. 120-B,
194 II, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º (54 dias), 2º (32 dias) e 3º (36 dias) quadrimestres.
195 Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
196 **1254452006-00 – 200703390-00; Fundo Municipal de Saúde de Terra Alta;** Prestação de Contas – 2006;



197 Responsável Raimundo Matos da Silva - Prefeito Municipal; Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria;
198 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.**
199 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
200 aprovação das contas, com aplicação de multa, recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
201 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
202 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Terra Alta, exercício financeiro de
203 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Matos da Silva, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, c/c o art.
204 35, ambos da Lei Complementar nº 84/2013, com o recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da
205 importância de R\$8.542,58 (oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais, e cinquenta e oito centavos), referente à conta
206 "Agente Ordenador", originada da diferença entre receita e a despesa total, bem como para a manutenção do saldo
207 constatado, e ao FUMREAP, recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, de multas nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00
208 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral,
209 superior a 90 (noventa) dias; 2 - R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não
210 remessa da lei de criação do Fundo Municipal de Saúde; 3 - R\$1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-A, II, do
211 RI/TCM, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município (Prefeitura Municipal) dos recursos arrecadados a título de
212 IRRF e ISSQN, no total de R\$30.430,33, descumprindo o art. 56, da Lei Federal nº 4.320/64; 4 - R\$-500,00 (quinhentos
213 reais), nos moldes do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa da Relação de bens móveis adquiridos no exercício,
214 contrariando a Resolução nº 7.740/2005/TCM; 5 - R\$-3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 120-A, II,
215 Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios para as despesas, no montante de R\$142.668,61,
216 descumprindo o art. 37, XXI da CF/88, e art. 2º da Lei nº 8.666/93; 6 - R\$1.000,00 (hum mil reais), na forma do art. 120-
217 A, II, Parágrafo Único, II, do RI/TCM, pela realização de despesas com contratação de serviços técnicos profissionais para
218 atender atividades permanentes e contínuas da administração, contrariando o art. 37, II, da Constituição Federal, sem
219 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, da
220 Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 570012006-00; Prefeitura Municipal de**
221 **Ponta de Pedras; Recurso de Reconsideração contra a decisão objeto da Resolução Nº 10.048, de 24.05.2011 (Prestação**
222 **de contas de 2006); Responsável Consuelo Maria da Silva Castro; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;**
223 **Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
224 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do
225 Recurso, com a manutenção da decisão recorrida, uma vez que a aplicação de multa em 2006 teve fundamento
226 constitucional de validade no art. 71, VI da CF. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
227 **VOTO**: "pelo conhecimento e provimento do Recurso". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu Vista dos autos. O
228 Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas aguardarão o Voto Vista. Ausência, por ocasião de votação, da
229 Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta para o processo de nº
230 16 e seguintes: **Processo nº 200805679-00; Associação Carnavalesca Cacareco; Prestação de Contas dos**
231 **Convênios nº's. 84/2007 e 12/2008, firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável Raimundo Carlos Pantoja Moraes; 6ª**
232 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o
233 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi
234 colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
235 decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 84/2007 e 12/2008, firmados entre a PMB/FUMBEL e a Associação
236 Carnavalesca Cacareco, por estarem regulares, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº. 84/2012, com a expedição
237 dos Alvarás de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do
238 Conselheiro José Carlos Araújo **Processo nº 200806635-00; Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade**
239 **Olariense; Prestação de contas do Convênio Nº 007/2008, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável Álvaro Augusto**
240 **Ferreira da Silva Junior; 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas.** Cumprindo
241 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
242 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
243 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº. 007/2008, celebrado entre a Prefeitura
244 Municipal de Belém - FUMBEL e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Olariense, por estar regular, nos termos
245 do art. 33 da Lei Complementar nº. 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-14.300,00 (quatorze

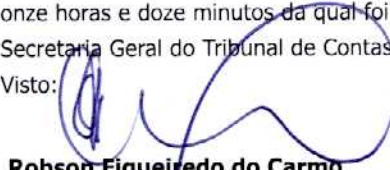


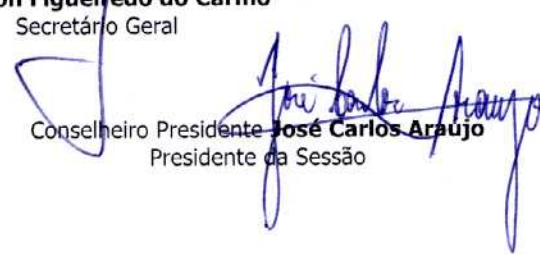
246 mil e trezentos). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo
247 **Processo nº 201214956-00; IPAMB / PMB; Aposentadoria Portaria Nº 1018/12, de 20.08.12; Interessado Sergio**
248 **Magalhães Meireles; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo
249 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato.
250 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
251 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do
252 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300275-00; IPAMB / PMB; Aposentadoria Portaria Nº 1697/12, de**
253 **14.12.12; Interessada Raimunda Célia Nazaré do Couto; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio**
254 **José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
255 manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
256 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por
257 ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201016122-00;**
258 **IPAMB/PMB; Pensão Portaria Nº 0910/10, de 03.08.10; Interessado José Veríssimo de Souza Furtado; Procuradora -**
259 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Retirado de pauta. **Processo nº**
260 **201214316-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Ofício Nº 74/2012- Contrato Temporário de Pessoal**
261 **Celebrados com Aline Lucimar dos Santos Alves e Outros; Interessado Adnan Demachki; Procuradora - Chefe Elisabeth**
262 **Salame da Silva; Relator - Auditor José Alexandre Cunha Pessoa.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201217489-00;**
263 **Prefeitura Municipal de Paragominas; Ofício Nº 100/2012-Contrato Temporário de Pessoal Celebrados com Adailton**
264 **Lima Albuquerque e Outros; Interessado Adnan Demachki; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator José**
265 **Alexandre Cunha Pessoa.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201107468-00; IPAMB / PMB; Contrato Nº 009/11, de**
266 **05.05.11 com a Empresa J.S. Comércio Ltda Epp; Interessado Oséas Batista da Silva Junior; Procuradora Maria Regina da**
267 **Cunha; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
268 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
269 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
270 cadastramento do Ato, com a juntada a respectiva Prestação de Contas. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira
271 Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201119536-00; IPAMB / PMB; Contrato Nº 048, 049 e**
272 **050/11; Objeto: Aquisição de Material Odontológico, decorrente do Pregão Nº 110/2011-CPL/PMB/IPAMB; Interessado**
273 **Oséas Batista da Silva Junior; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
274 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
275 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
276 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação,
277 da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos. Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento
278 do processo de nº 26: **Processo nº 201300967-00; Prefeitura Municipal de Ananindeua; Lei Nº 2343/2008, que**
279 **fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários; Interessado Helder Barbalho; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
280 **Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
281 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato, com a juntada dos autos à prestação de contas para verificação da
282 regularidade e cumprimento dos limites constitucionais e legais pertinentes. A matéria foi colocada **em discussão**. A
283 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
284 cadastramento da Lei Nº 2343/2008, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários
285 Municipais de Ananindeua para o mandato de 2009/2012. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e
286 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201301925-00; Prefeitura Municipal de Melgaço; Decreto Nº**
287 **527/2012, que dispõe sobre Reajuste da Remuneração dos Servidores Públicos; Responsável Raimundo Odivan Viegas;**
288 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
289 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi
290 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
291 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do
292 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201304678-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Lei nº 2592/2012,**
293 **que fixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários; Interessado Hélder Barbalho; Procuradora Maria Regina da**
294 **Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu




posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200815911-00; Câmara Municipal de Capanema; Lei nº 6267/2008, que fixa os Subsídios dos Vereadores; Interessado Edson Luis Maciel da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201301341-00; Câmara Municipal de Santana do Araguaia; Resolução Nº 003, de 31.08.2012, que fixa os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2013 a 2016; Interessado Carlos Vicente do Nascimento; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta para o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 200504339-00; Prefeitura Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas do Convênio Nº 002/05 da Prefeitura Municipal de Ananindeua com a Associação do Conjunto Habitacional Júlia Seffer; Responsável José Maria Furtado Corrêa; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.465, de 23.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o recolhimento do valor de R\$4.588,84 (quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas da Associação do Conjunto Habitacional Júlia Seffer, de responsabilidade do Sr. José Maria Furtado Corrêa, referente ao Convênio nº 002/2005, com fulcro no art. 32 da Lei Complementar nº 084/20124, com o recolhimento do valor de R\$-4.530,34 (quatro mil, quinhentos e trinta reais e trinta e quatro centavos), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. Às onze horas e dez minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Apreciação dos Acórdãos nºs 23.933, 23.934, 23.935, 23.936, 23.938, 23.939. Apreciação das Resoluções nºs 11.080, 11.081, 11.088, 11.089. Relator - Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções apresentadas. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e doze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e sete de agosto de dois mil e treze.
Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão